

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1001895-37.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Obrigações</b>
Requerente:	<b>Vogghi Modas Ltda Me</b>
Requerido:	<b>Itaú Unibanco S/A</b>

**VOGGHI MODAS LTDA ME** pediu a condenação de **ITAÚ UNIBANCO S/A** ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente na baixa do gravame que recai sobre o veículo, bem como ao pagamento de indenização por danos morais. Alegou, para tanto, que ofereceu em garantia o veículo GM/Kadett, placas CFH-3523, em um dos contratos de financiamento celebrados com o réu, contudo, mesmo após a quitação da dívida, a instituição financeira não promoveu a baixa do gravame.

Deliberou-se aguardar a apresentação da defesa para decidir acerca do pedido de tutela de urgência.

Citado, o réu ofereceu contestação, aduzindo que a autora não comprovou os fatos alegados na exordial e que não houve ofensa aos direitos extrapatrimoniais da autora.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos iniciais.

### **É o relatório.**

### **Fundamento e decido.**

Não houve insurgência do réu quanto à alegação da autora de quitação do financiamento do veículo, emergindo-se, então, o seu dever de promover a baixa do gravame junto ao órgão de trânsito. Aliás, o réu juntou aos autos documento que comprova o adimplemento de tal obrigação (fl. 52), razão pela qual o pedido da autora deve ser acolhido.

As pessoas jurídicas são dotadas de honra objetiva, a qual se traduz na reputação e boa-fama que a empresa possui perante terceiros. Assim, não havendo qualquer indício de que a manutenção do gravame ocasionou à autora abalo de sua idoneidade ou de crédito perante seus clientes e fornecedores, não há que se falar em dano moral indenizável.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Conforme decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça: *A pessoa jurídica, por não ser uma pessoa natural, não possui honra subjetiva, estando, portanto, imune às violências a esse aspecto de sua personalidade, não podendo ser ofendida com atos que atinjam a sua dignidade, respeito próprio e autoestima. Existe uma relação unívoca entre a honra vulnerada e a modalidade de ofensa: enquanto a honra subjetiva é atingida pela atribuição de qualificações, atributos, que ofendam a dignidade e o decoro, a honra objetiva é vulnerada pela atribuição da autoria de fatos certos que sejam ofensivos à reputação do ofendido. Aplicação analógica das definições do Direito Penal.*" (REsp 1573594/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 14/11/2016).

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** para condenar o réu ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente em promover a baixa do gravame que recai sobre o veículo GM/Kadett, placas CFH-3523, obrigação já cumprida.

**Rejeito o pedido** de indenização por danos morais.

Responderão as partes pelas custas e despesas processuais em igualdade.

Condeno o réu ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Condeno a autora ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono do réu fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de abril de 2017.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**